

INFORMAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL NO MARANHÃO: EM QUE SITUAÇÃO ESTÃO AS BIBLIOTECAS DO ESTADO?

Luís Cláudio Borges¹, Mary Ferreira², Conceição Teixeira³

¹ Universidade Federal do Maranhão/Departamento de Biblioteconomia/Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UFMA/CNPq, Av. dos portugueses s/n Campus do Bacanga – São Luís/Maranhão, lcborges2@gmail.com

² Universidade Federal do Maranhão/Departamento de Biblioteconomia, Av. dos portugueses s/n Campus do Bacanga – São Luís/Maranhão

³ Universidade Federal do Maranhão/Departamento de Biblioteconomia, Av. dos portugueses s/n Campus do Bacanga – São Luís/Maranhão

Resumo - Este artigo tem a pretensão de aprofundar as discussões e o debate acerca das políticas públicas de informação e de cultura elaboradas e implementadas no Estado do Maranhão, situando as bibliotecas públicas como mediadoras do conhecimento e da leitura. Ressalta também o direito de acesso à informação e aos bens culturais como direitos humanos elementares e necessários para o desenvolvimento social. Mostra dados preliminares da atual situação das bibliotecas públicas municipais maranhenses. Conclui analisando os planos e projetos pensados e implementados para efetivar a política de bibliotecas públicas no Estado.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Políticas públicas de Informação e de Cultura. Bibliotecas públicas maranhenses.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas/Ciência da Informação

Introdução

Este trabalho é fruto da pesquisa “Informação e Desigualdade Social no Maranhão: as bibliotecas, os arquivos e o profissional da informação – Desafios para pensar o Estado democrático”, Coordenada e orientada pela Prof^a. Dr^a. Mary Ferreira e financiada com recursos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UFMA/CNPq e da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão. A proposta deste estudo é aprofundar o debate sobre a informação como bem social necessário para se diminuir as distâncias sociais, situando as bibliotecas públicas como mediadoras do conhecimento e da leitura.

Sabe-se que a informação é um elemento importante na construção dos sujeitos, haja vista ser com conhecimentos e informações que os indivíduos passam a dominar determinados conceitos que irão lhe proporcionar condições de fazer mudanças no seu meio social. Nessa direção, as políticas públicas de informação devem ter como propósito promover o acesso à informação, fomentando o desenvolvimento do potencial criativo e intelectual das mulheres e dos homens, dando sentido as ações destes sujeitos no cotidiano.

Assim, as bibliotecas públicas aparecem como mediadoras do saber, haja vista,

estas organizações serem por excelência espaços culturais de democratização e socialização do conhecimento, além de preservarem a memória e os bens culturais da humanidade. Direccionam-se tais análises para o Estado do Maranhão cujas políticas públicas culturais e de informação implementadas, ainda estão alicerçadas em modelos conservadores que legitimam as elites que dominam esse Estado, o que reduz toda a política a um mero elemento da estratégia de exploração e/ou legitimação do exercício da dominação.

Metodologia

Sabe-se que a definição do percurso metodológico é um dos pontos definidores do bom andamento da pesquisa, portanto, a metodologia adotada foi dividida em três momentos, trabalhos concomitantemente: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Assim, através de pesquisa bibliografia mapeamos estudos cuja abordagem responde as inquietações e/ou questões suscitadas pela pesquisa, nesta etapa utilizamos os estudos e pesquisas de Mary Ferreira (2006) como fundamentação teórica, bem como as concepções de Cultura e democracia de Marilena Chauí (2001) e de políticas públicas com Sônia Fleury (1994). Eliany Araújo(1999), Marisa Rocha (2000) e Rubens Ferreira (2003)

através de seus estudos nos ajudaram a pensar a informação como ferramenta para a construção da cidadania, o que subsidiou as reflexões decorrentes do trabalho de campo.

Levantamos junto a Biblioteca Pública Benedito Leite um diagnóstico preliminar da situação de cada biblioteca municipal maranhense. Também buscamos informações junto ao IBGE a fim de complementar as informações preliminares colhidas nos arquivos da Biblioteca Pública. A partir desse primeiro levantamento, escolhemos 19 municípios maranhenses, localizados em duas grandes regiões distintas do Estado, para operacionalizarmos o trabalho de campo, que ocorreu através de visitas a estes municípios. Durante as visitas de campo, observamos direta e analiticamente os vários aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos das cidades.

Entrevistamos gestores públicos responsáveis pela implementação das políticas públicas informacionais e de cultura, bem como os/as cidadãos/cidadãs, o que nos forneceu informações relevantes, que posteriormente foram utilizadas na constituição do diagnóstico que mostra a real situação das bibliotecas públicas municipais do Estado.

Resultados

Em 01 ano de desenvolvimento da pesquisa, já conseguimos entrevistar 03 das 04 gestoras da Biblioteca Pública Benedito Leite no período de 1990 – 2006, o que nos possibilitou compreender as ações que cada gestão implementou e como se deram às mediações junto a Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão.

Analisamos 03 planos anuais de ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Cultura, que compreendem o período de 2003 a 2005, onde constatamos que os orçamentos gerais da Secretaria de Cultura, dentro do orçamento geral do Estado, alocado à Biblioteca Pública Benedito Leite não ultrapassam a percentagem de 0,3%, o que inviabiliza a implementação de muitas ações pensadas.

Visitamos 19 dos 217 municípios maranhenses, nos quais identificamos 07 bibliotecas públicas municipais funcionando sob condições bastante precárias, em 07 municípios distintos: Imperatriz, Davinópolis, Governador Edson Lobão e João Lisboa (situados na Região

Tocantina, localizada ao Sul do Maranhão), Governador Eugenio Barros, Governador Archer e Senador Alexandre Costa (situados na Região Central do Maranhão). Constatamos também a falta de profissionais bibliotecárias/os em todas as bibliotecas visitadas

Discussão

O Estado do Maranhão apresenta um dos piores quadros de sua história, do ponto de vista dos seus indicadores e Índices de Desenvolvimento Humano – IDH: o analfabetismo atinge cerca de 26%; 18% da população passando fome; 63% de pobres; 68% de pessoas vivendo com menos de 80 reais por mês; Concentração de terras sob o domínio de latifundiários em torno de 80% do total de terras e apenas 2,9% de terras pertencentes ao minifúndio. A participação na riqueza nacional é inferior a 1%, combinada com a desigualdade social, em que menos de 0,5% dos ricos controlam mais de 60% da riqueza estadual. (FERREIRA, 2006)

No campo da política, passa-se por um momento de transição em que sai do governo estadual uma oligarquia que controlava as riquezas maranhenses há quarenta anos, responsável por uma modelo de desenvolvimento patrimonialista, assistencialista marcado por relações hierárquicas cujas disputas entre grupos e facções políticas contribuíram para a pouca renovação dos gestores públicos refletindo por sua vez na descontinuidade dos projetos implantados pelo Estado levando as instituições públicas, a exemplo da biblioteca pública ao não atendimento das necessidades informacionais da população (FERREIRA, 2006).

E em se tratando da Biblioteca Pública “Benedito Leite” esta tem sentido as conseqüências deste fazer política no Maranhão, especialmente às voltadas para as áreas de informação, educação e principalmente cultura. Conforme afirma Ferreira (2006, p. 119): “no Maranhão as políticas culturais ainda estão alicerçadas em modelos conservadores que vêm legitimar as elites que dominam esse Estado”, em outros termos, no que tange as políticas de cultura, as intervenções do poder público têm se dado na maioria das vezes no intuito de defender os direitos de grupos políticos e econômicos dominantes, “o que reduz toda política (...) a um mero elemento da estratégia de exploração e/ou legitimação do exercício da dominação”

(FLEURY, 1994, p.15) do povo maranhense.

Assim, a biblioteca pública do Estado ao longo de sua existência vem enfrentando problemas oriundos desta falta de políticas públicas voltadas para bibliotecas. Problemas estes que são de toda ordem, destacando-se a falta de recursos financeiros que garanta a manutenção dos serviços, como acervos atualizados e equipamentos informatizados que facilite o acesso da população à informação. Ressalta-se também que os gestores públicos responsáveis pela elaboração e implementação das políticas de bibliotecas não conseguiram dar um caráter universalista e democrático as bibliotecas maranhenses, “contribui para isso o desconhecimento da verdadeira função social desses espaços de cultura responsáveis pela democratização do acesso à leitura em grande parte do Estado do Maranhão” (BORGES; FERREIRA, 2006, p. 73).

Nesta discussão, faz importante destacar a criação, na década de setenta pela Biblioteca Pública “Benedito Leite”, do Sistema Estadual de bibliotecas públicas – SEB, que objetiva implantar e dinamizar bibliotecas em todos os municípios do Maranhão. Esse Sistema foi pensado a partir dos princípios da UNESCO, e além de interiorizar os serviços e produtos da biblioteca, previa também o treinamento para auxiliares de bibliotecas, que por sua vez seriam os responsáveis por coordenar as ações das bibliotecas nos municípios maranhenses. Contudo, a atuação do SEB esbarra na falta de políticas voltadas para este fim.

Desta forma, é quase inexistente a relação da biblioteca pública e as bibliotecas municipais como estamos investigando através da pesquisa “Informação e desigualdade social no Maranhão: as bibliotecas, os arquivos e o profissional da informação – Desafios para pensar o Estado democrático”, os primeiros dados apurados, ainda que parciais, apontam para uma situação caóticas a que as bibliotecas públicas maranhenses estão submetidas. Através das visitas de campo do mapeamento das bibliotecas municipais, nas mais variadas regiões do Estado estamos constatando que estas organizações, quando existem, tem funcionado com o mínimo possível de ajuda dos governos municipais ao qual estão ligadas. Percebe-se que os acervos e os equipamentos que compõe estas

bibliotecas são os mesmos desde sua criação, o que, aliás, temos apurado ocorreu na década de 1980 por intermédio de uma política do então existente Instituto Nacional do Livro – INL, que dentre outras ações previa através de um convênio celebrado entre a prefeitura do município e o referido Instituto, além da criação da biblioteca, sua instalação e manutenção, bem como obrigava a prefeitura a atribuir em seu orçamento anual um valor referente a dez salários mínimos regionais, para a aquisição de obras destinadas ao acervo da biblioteca. Porém, após a extinção do INL, durante o Governo Collor percebe-se que nada foi feito para melhorar os produtos e serviços destas organizações.

Soma-se a esta situação, o baixo percentual orçamentário alocados pelas Secretarias, em especial a Secretaria de Estado da Cultura, às bibliotecas públicas maranhenses para o desenvolvimento de suas atividades, e para o acompanhamento destas ações pela Biblioteca Pública Benedito Leite.

As visitas da pesquisa de campo têm nos oportunizados ver o estado real das bibliotecas públicas, bem como dos municípios maranhenses. Durante o mapeamento, temos observado cuidadosamente vários aspectos relevantes das bibliotecas, tais como: espaço físico, equipamentos, acervos, recurso humano, localização e tipos de usuários, pois tais pontos são importantes para nossas análises. Temos também entrevistado gestores públicos municipais, o que nos permite analisar com mais profundidade as ações do poder público junto a estes órgãos.

Conclusão

O estudo apontou que os mecanismos e tentativas para instaurar e/ou inverter os processos de desigualdade social, tendo a informação como um fator preponderante têm sido lentos, descontínuos e desarticulados, como evidenciam as políticas públicas voltadas para as bibliotecas públicas no Brasil. Focamos tais análises no Estado do Maranhão cuja estrutura revelou um modelo patrimonialista, assistencialista marcado por relações hierárquicas cujas disputas entre facções políticas contribuem para a pouca renovação dos gestores públicos, o que por sua vez contribui para a descontinuidade dos projetos implantados.

No tocante as bibliotecas públicas municipais tais dificuldades são determinantes na precariedade dos serviços e na qualidade do atendimento oferecido à sociedade. Vale ressaltar também que os gestores públicos responsáveis pela implementação das políticas de bibliotecas públicas ainda não conseguiram dar um caráter universalista e democrático as bibliotecas, como mostrou a análise feita a partir das gestões e do diagnóstico preliminar do estado das bibliotecas públicas municipais no Maranhão.

- ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão da cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.1, p. 40-45, jan./abr.2000.

Referências

- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto das Organizações Não-Governamentais brasileiras. **Ciência da informação**, Brasília, v.29, n. 2, p. 155-167, maio/ago.1999.

- BORGES, Luis Cláudio; FERREIRA, Maria Mary. Informação e desigualdade social: as bibliotecas públicas e a prática política dos gestores públicos maranhenses. In: ZANNONI, Cláudio (org.). **VI Encontro humanístico: caderno de resumos**. São Luís: EDUFMA, 2006.

- CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2005.

- FERREIRA, Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as Bibliotecas Públicas para onde vão? **Transinformação**, Campinas, v.18, n.2 p. 113-122, maio./ago.2006.

- FERREIRA, Mary. Mulher, gênero e políticas públicas. São Luis: Núcleo interdisciplinar Mulher, Cidadania e Relações de Gênero, UFMA, 1997.

- FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **SciELOBrasil**, v.32, n.1, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 15 ago.2006.

- FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadão: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, 252p.